

# **ESTATÍSTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS ANOS 2000**

**PAULO JANNUZZI**

2021

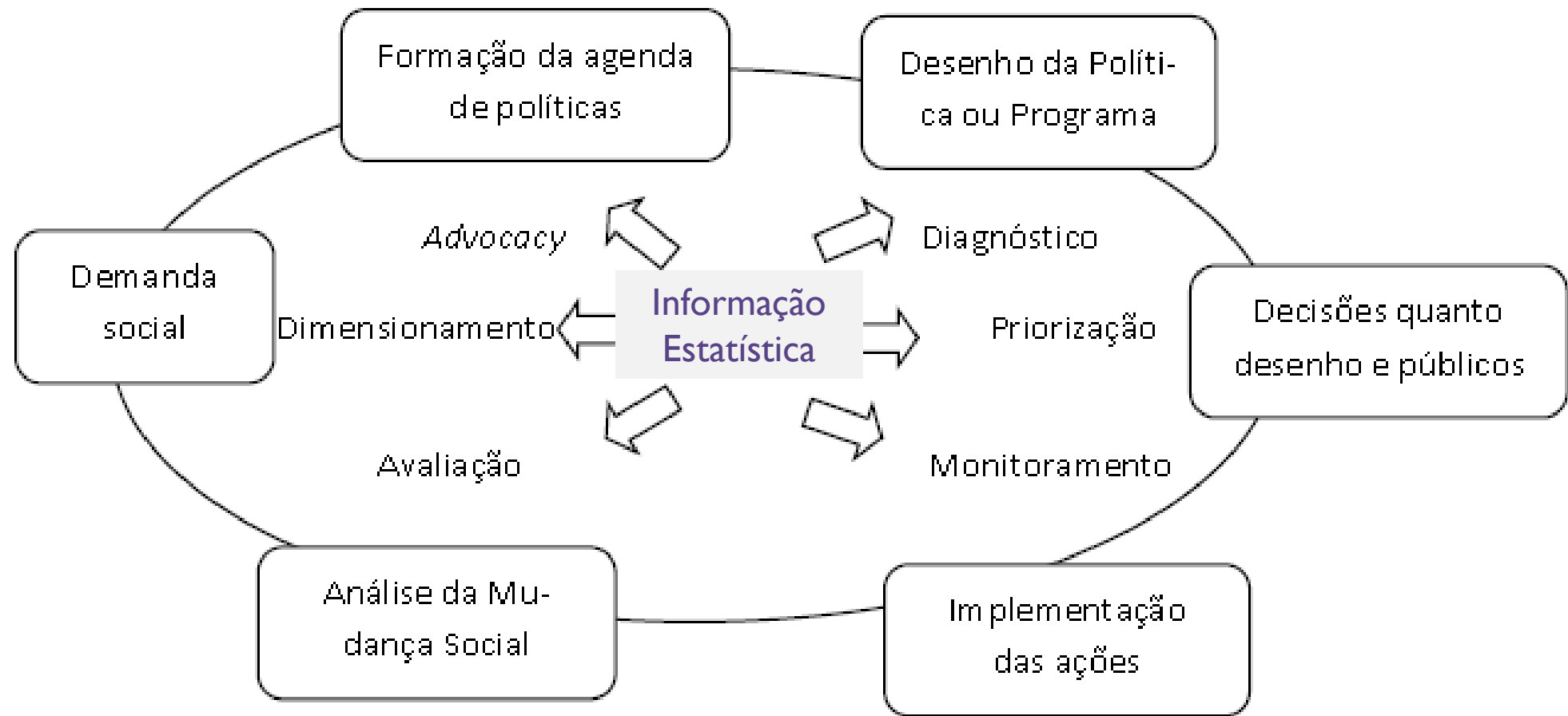
## TESE CENTRAL I/2

- O Brasil apresentou avanços sociais significativos nos últimos 30 anos, no esteio de estruturação de seu Sistema de Proteção Social, tal como reconhecido por pesquisadores e instituições nacionais e internacionais. (<http://flacso.org.br/?publication=faces-da-desigualdade-no-brasil-um-olhar-sobre-os-que- ficam-para-tras> )
- Contribuiu para esse processo, segundo analistas, o aumento do financiamento, escala e escopo em políticas sociais, decisões em políticas econômicas e investimentos em infraestrutura, conjuntura internacional favorável do mercado de *commodities* entre 2004 e 2008. (<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/14904>)
- O Brasil teve um grande avanço na capacidade de gestão de políticas públicas nos últimos 30 anos, sem o quê os avanços sociais observados e reconhecidos por pesquisadores nacionais e internacionais seriam certamente mais modestos.

## TESE CENTRAL 2/2

- Criação das Políticas Desenvolvimento Social no MDS e estruturação nos estados e municípios, promovendo a articulação de 4 áreas setoriais de políticas:
  - Assistência Social : mais estruturada nos municípios, serviços diversificados para diferentes públicos, conexão com outras políticas – educação, saúde, trabalho, previdência- e sistema de justiça/direitos
  - Segurança Alimentar: forte presença de movimento social e ONGs, povos tradicionais, articulada com agricultura familiar e Saúde
  - Transferência de Renda: cultura mais Top-Down, padronizável e cibernetização da política social
  - Inclusão Produtiva: muito dispersa no governo, muitas iniciativas mas fraca institucionalidade
- Inovação em termos de instrumentos de gestão
  - Cadastro Único de Programas Sociais
  - Censo Suas e Mapa San
  - Ampliação do escopo da Informação Estatística <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/livp144486.pdf>
  - Uso da Informação no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas

# INFORMAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

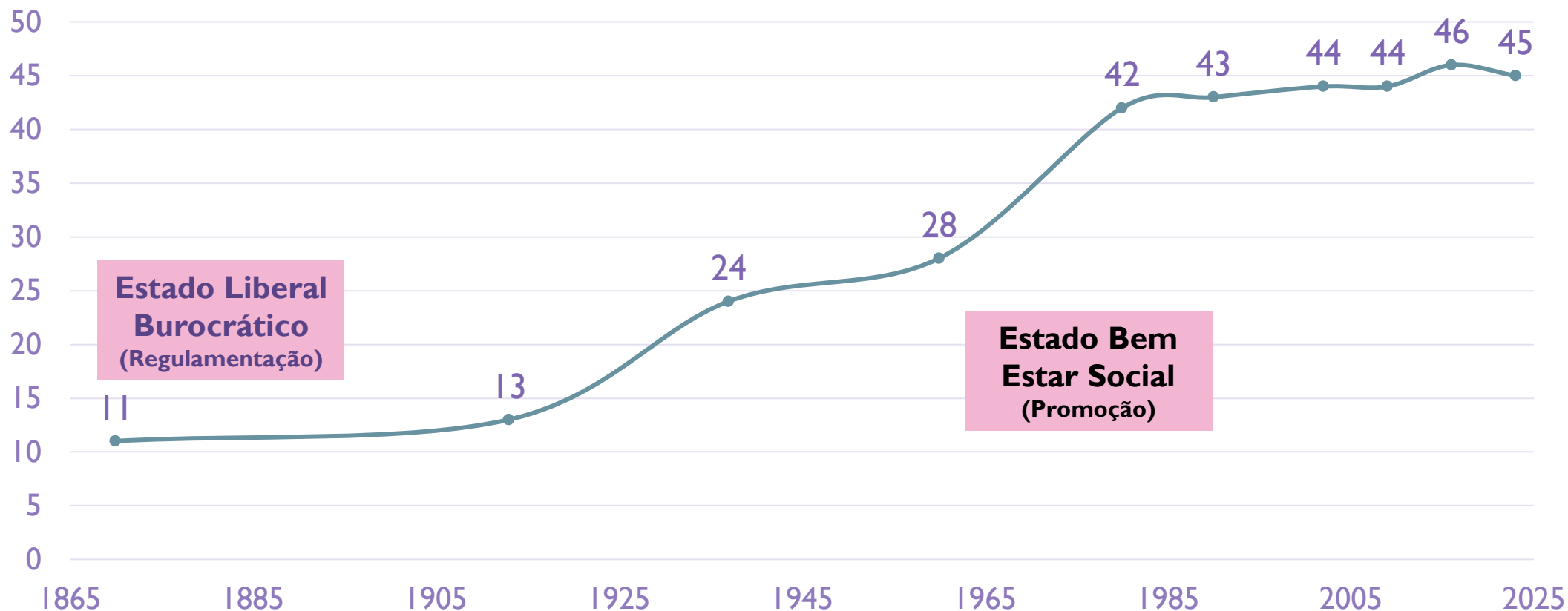


# SUMÁRIO

1. Economia Política das Estatísticas Públicas
2. Estruturação do Sistema de Políticas Públicas no Brasil: 80 anos em 20
3. Terraplanismo, Midiotização e as disputas de narrativas sobre Políticas Públicas

O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL É UMA CONSTRUÇÃO RECENTE NA HISTÓRIA.  
A CARGA FISCAL AUMENTOU SISTEMATICAMENTE CHEGANDO À MÉDIA DE 44% DO PIB NOS  
PAÍSES DESENVOLVIDOS

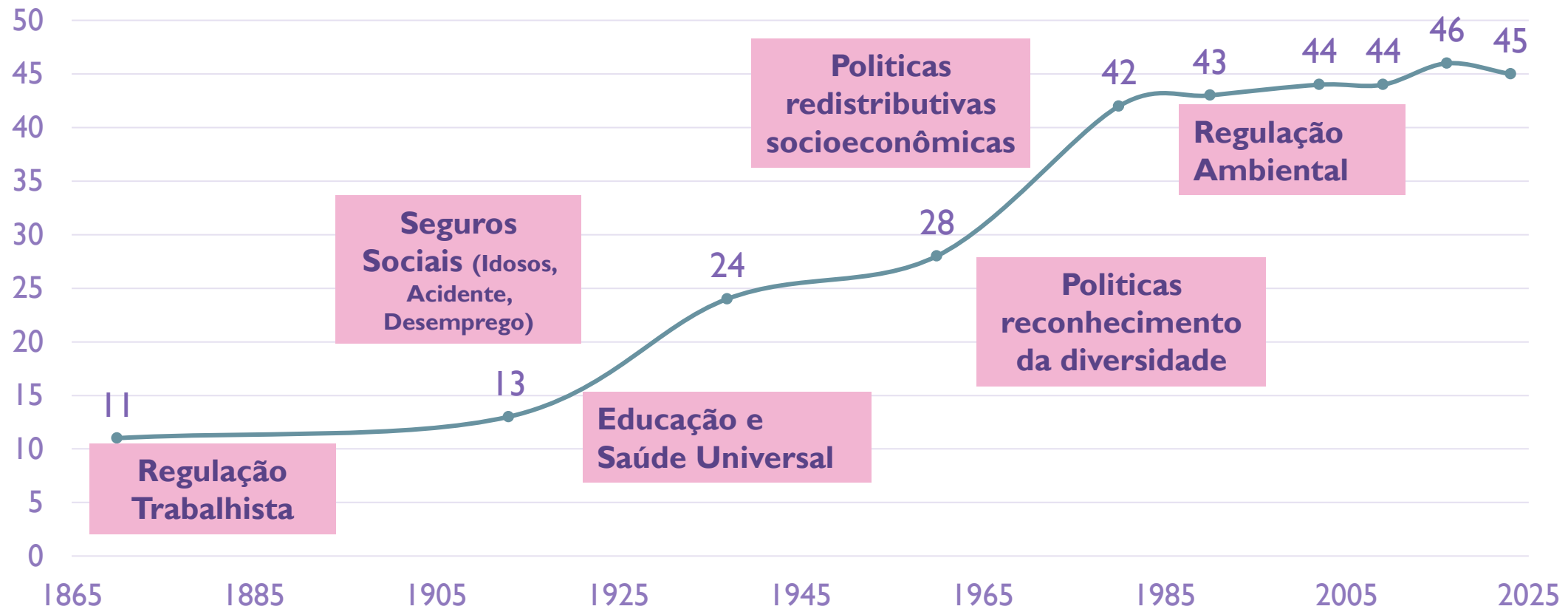
Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~/media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

# POLÍTICAS PÚBLICAS FORAM GRADATIVAMENTE SENDO PROPOSTAS AO LONGO DOS SÉCULOS XIX E XX PARA ATENDER DEMANDAS DA SOCIEDADE

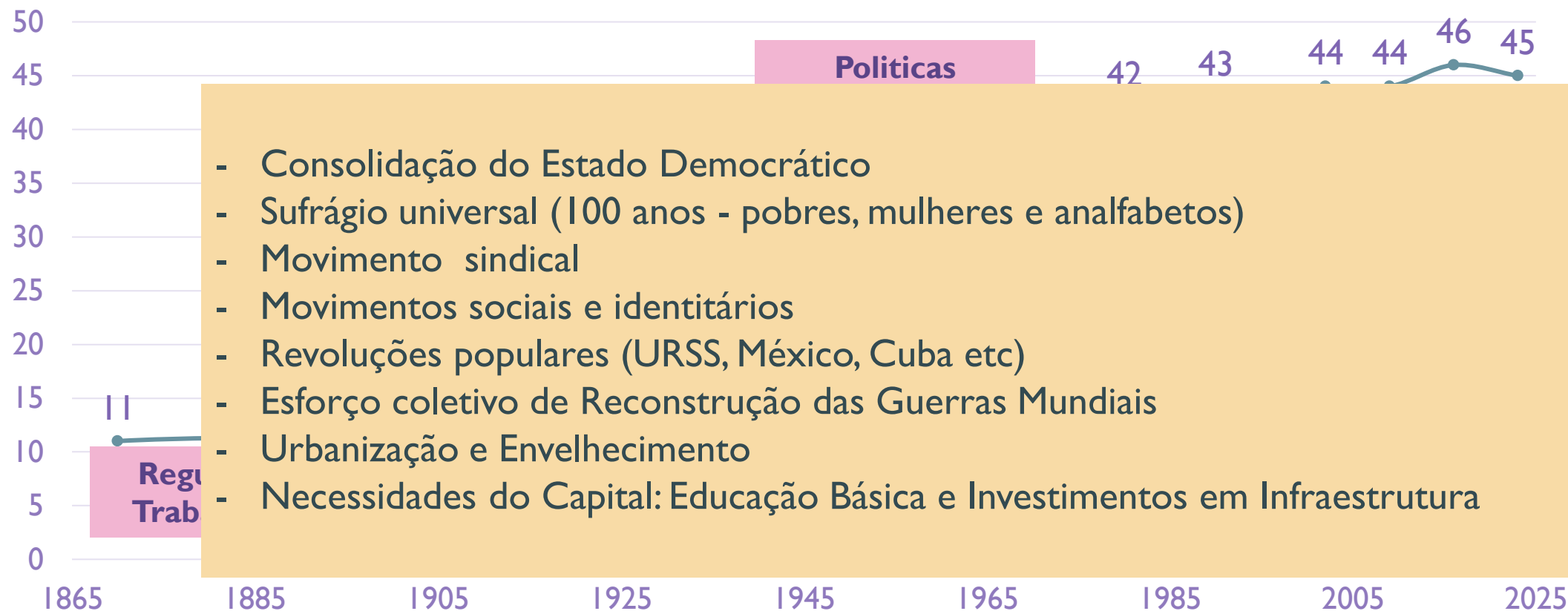
Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

# DETERMINANTES DO FORTALECIMENTO DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

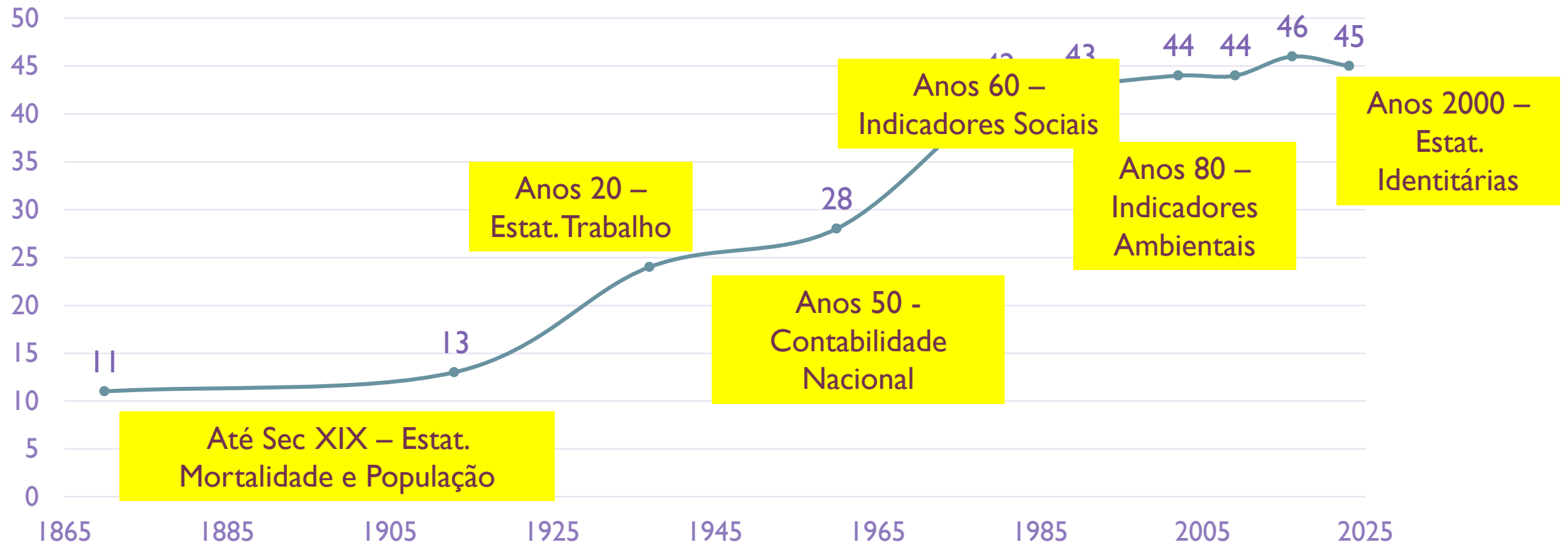
Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~/media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

# O SURGIMENTO E FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS PÚBLICAS ESTÁ ASSOCIADO À CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL NO MUNDO E À COMPLEXIDADE DA ECONOMIA MUNDIAL

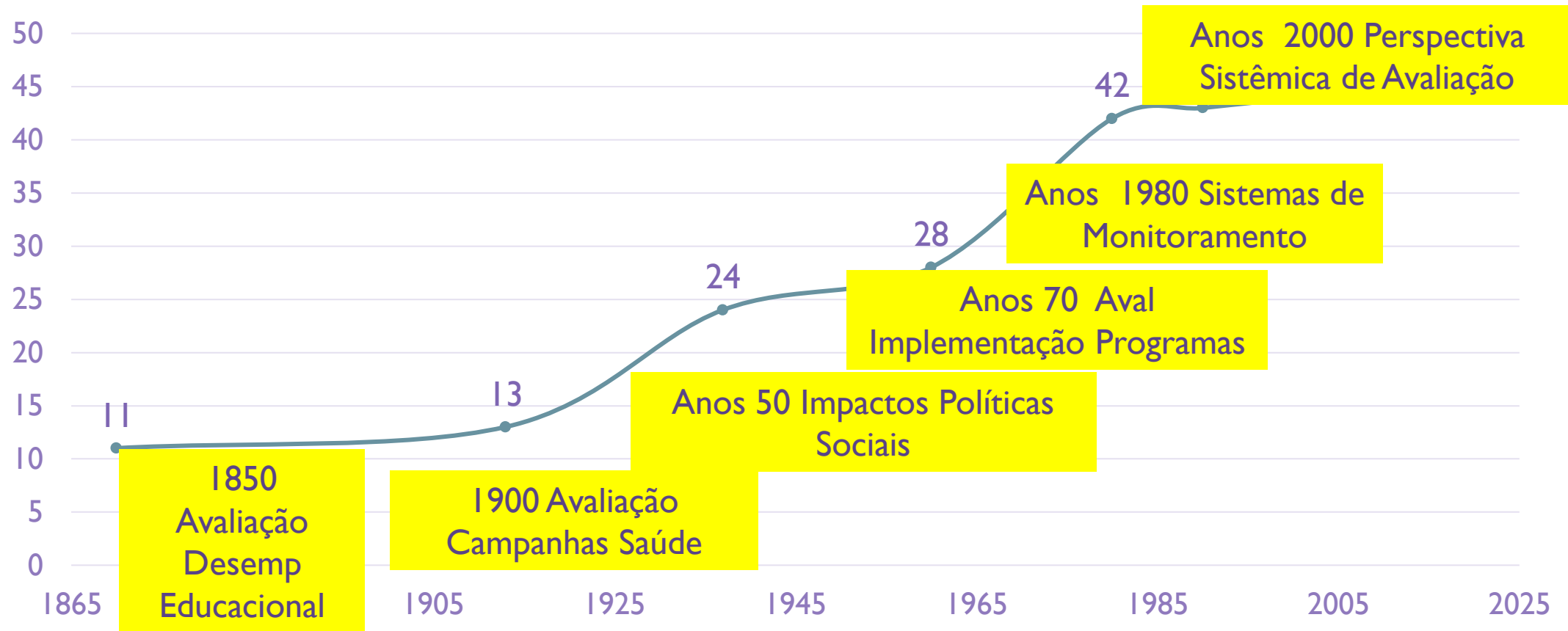
Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

# O SURGIMENTO E FORTALECIMENTO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTÁ ASSOCIADO À CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL NO MUNDO

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



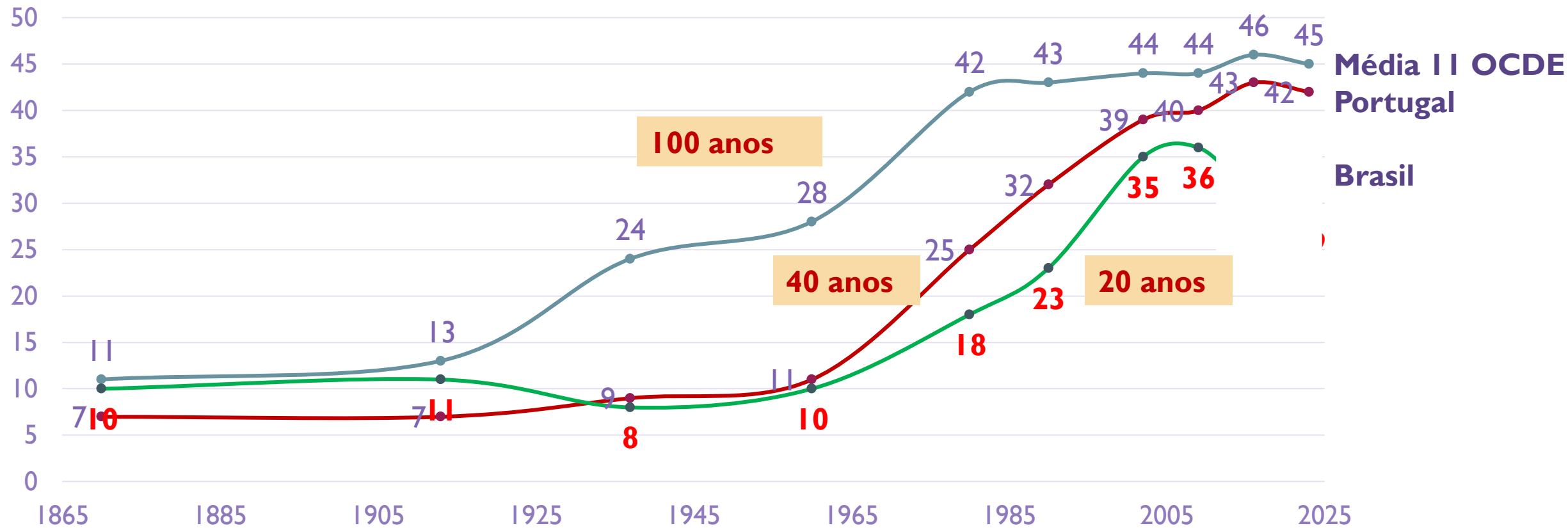
Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

# SUMÁRIO

1. Economia Política das Estatísticas Públicas
2. Estruturação do Sistema de Políticas Públicas no Brasil: 80 anos em 20
3. Terraplanismo, Midiotização e as disputas de narrativas sobre Políticas Públicas

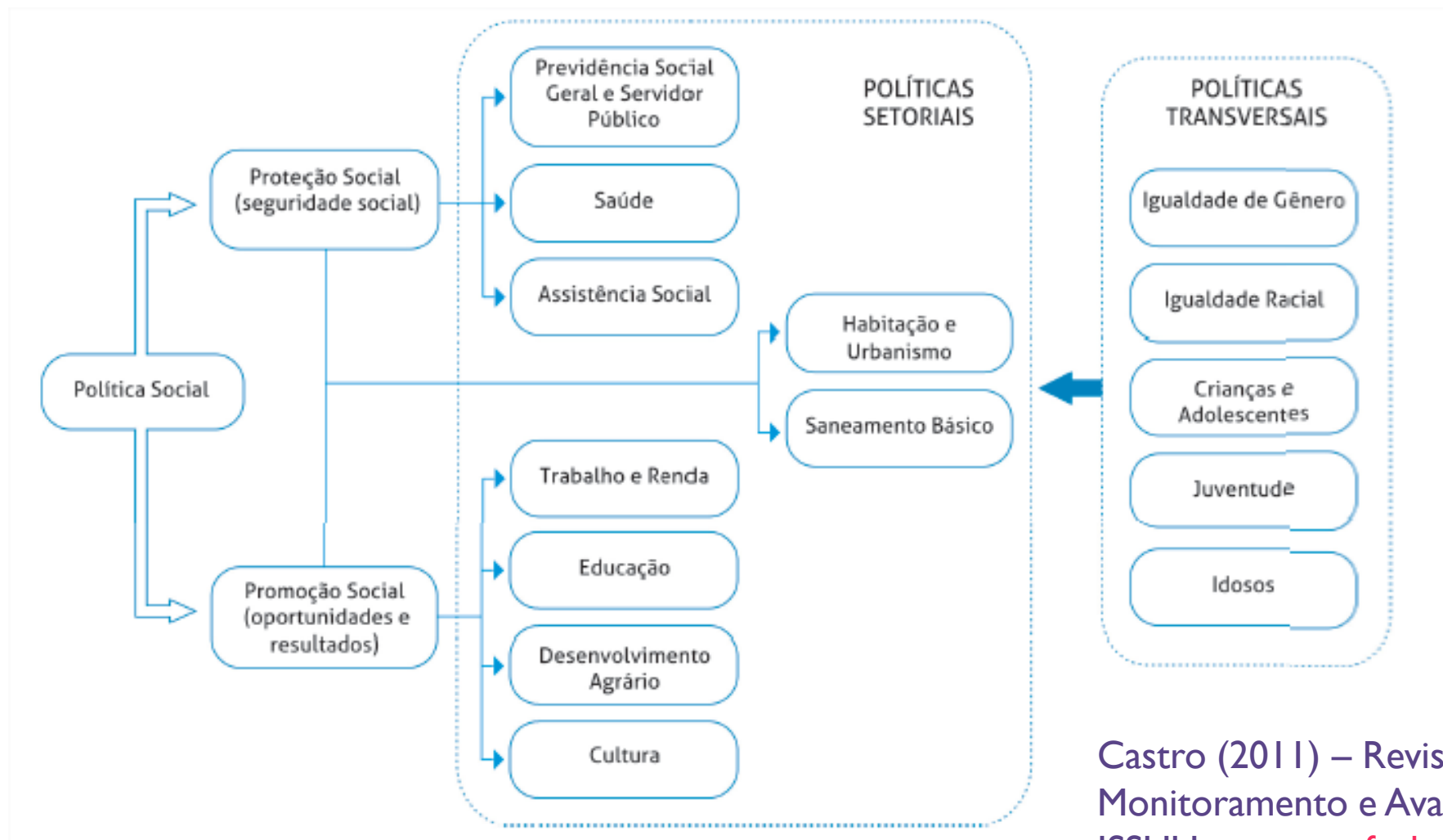
# COM A REDEMOCRATIZAÇÃO, PAÍSES IBÉRICOS (ANOS 1970), BRASIL E OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (ANOS 1990) VIERAM TRILHAR ESSE CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE, Portugal e Brasil



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

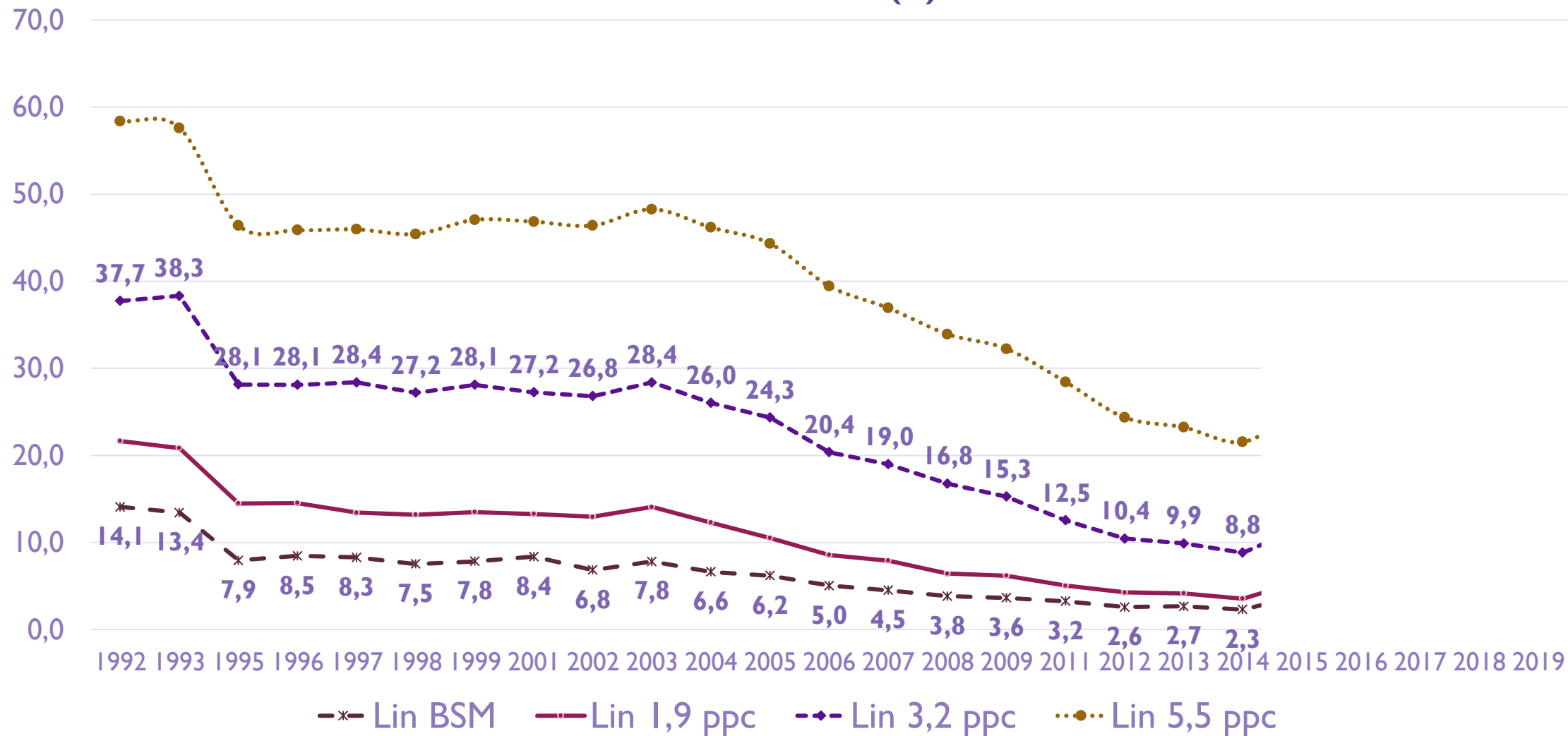
DESDE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E, EM PARTICULAR, APÓS 2003, ESTRUTURA-SE NO BRASIL UM SISTEMA MAIS AMPLO EM ESCOPO E ESCALA DE POLÍTICAS SOCIAIS, DE CUNHO UNIVERSAL COMBINADO COM AÇÕES REDISTRIBUTIVAS (UNIVERSALISMO COM EQUIDADE)



Castro (2011) – Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação n.1 em ISSUU ou [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

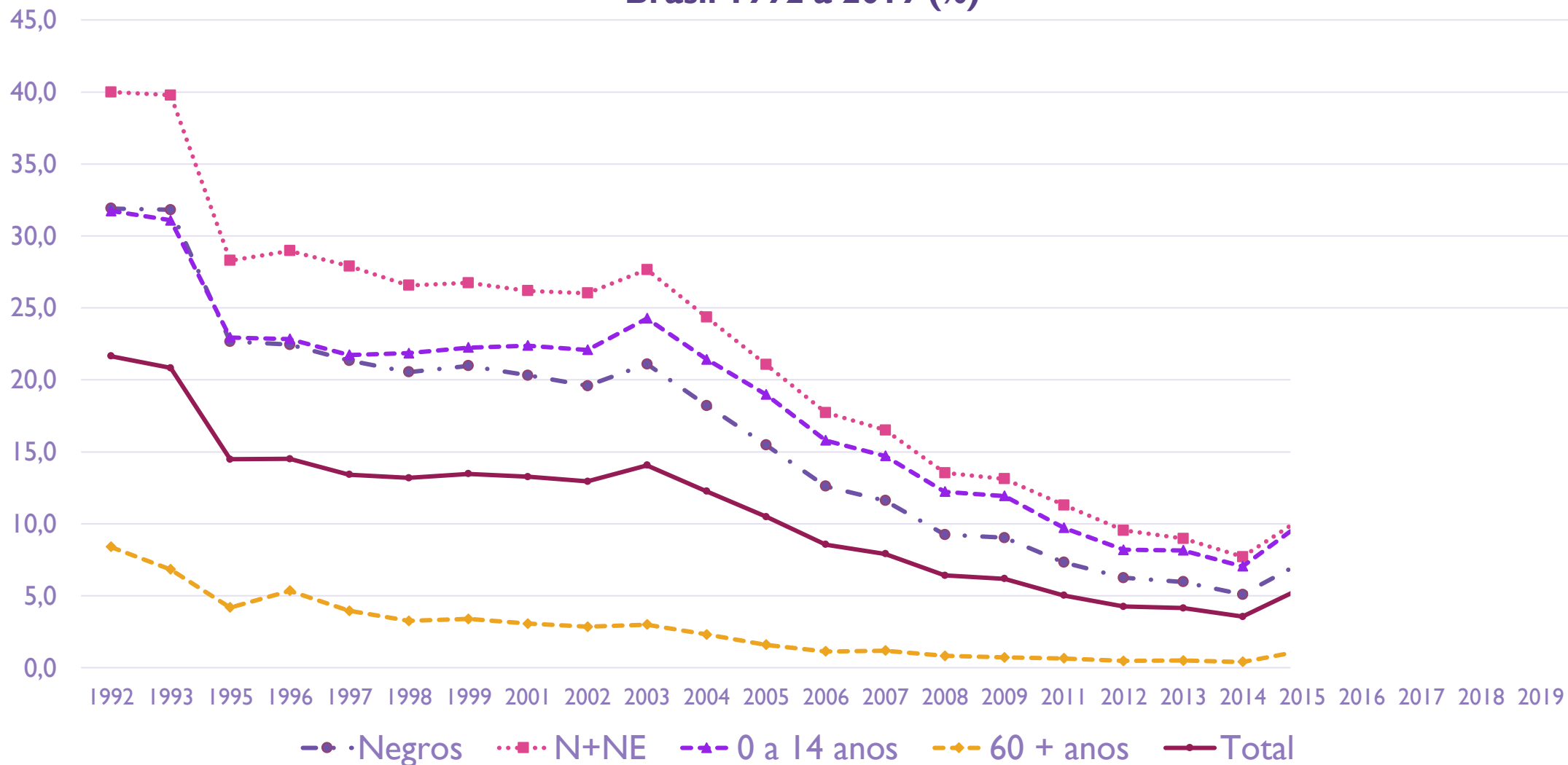
ESTE CONJUNTO DE POLÍTICAS TEM FORTE IMPACTO SOCIAL, SOBRETUDO NAS INIQUIDADES MAIS GRAVOSAS E NAS REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS

### Pobreza e Extrema Pobreza (várias linhas) Brasil 1992 a 2019 (%)



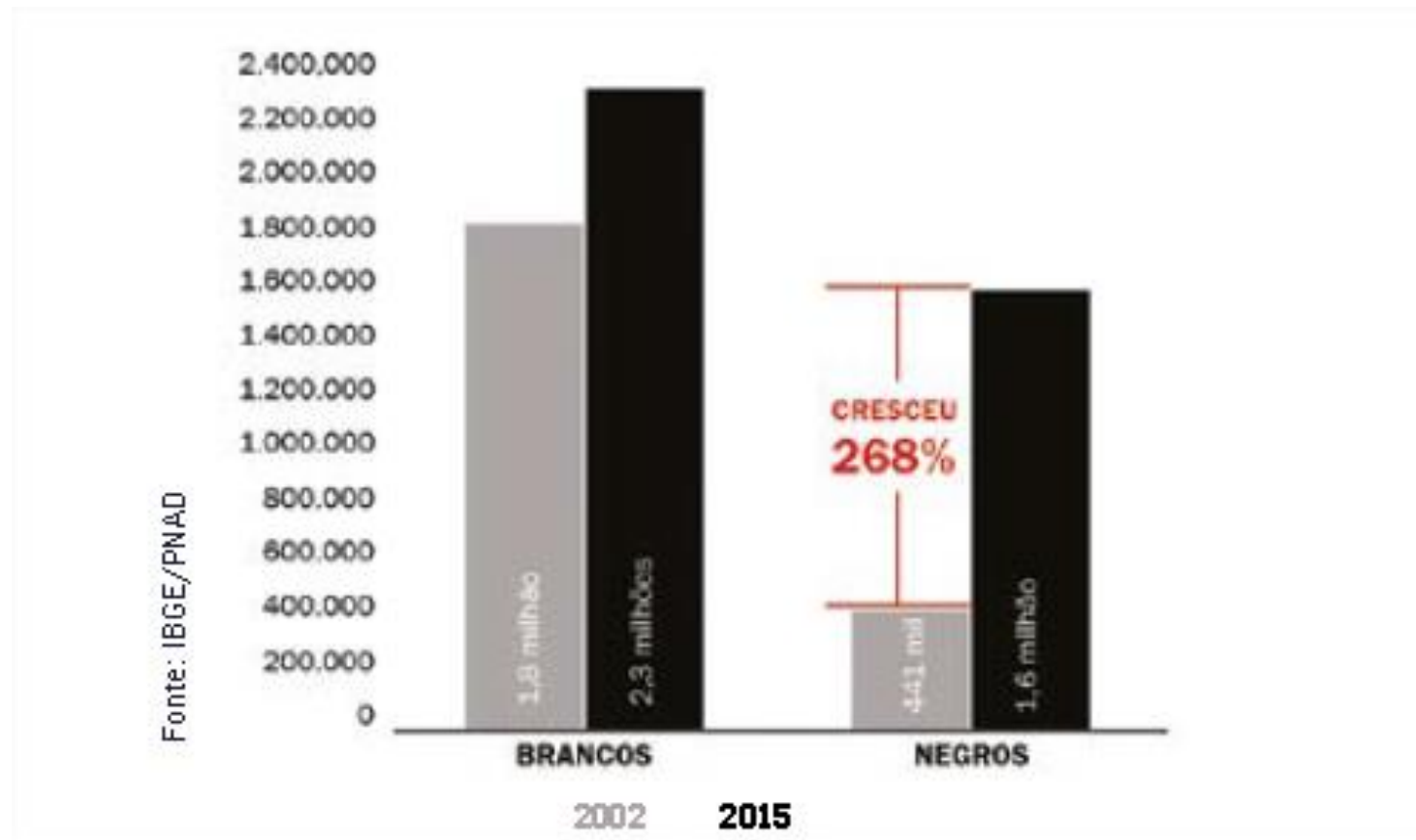
ESTE CONJUNTO DE POLÍTICAS TEM FORTE IMPACTO SOCIAL, SOBRETUDO NAS INIQUIDADES MAIS GRAVOSAS E NAS REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS

### Extrema Pobreza (1,9 PPC) em vários grupos sociodemográficos Brasil 1992 a 2019 (%)



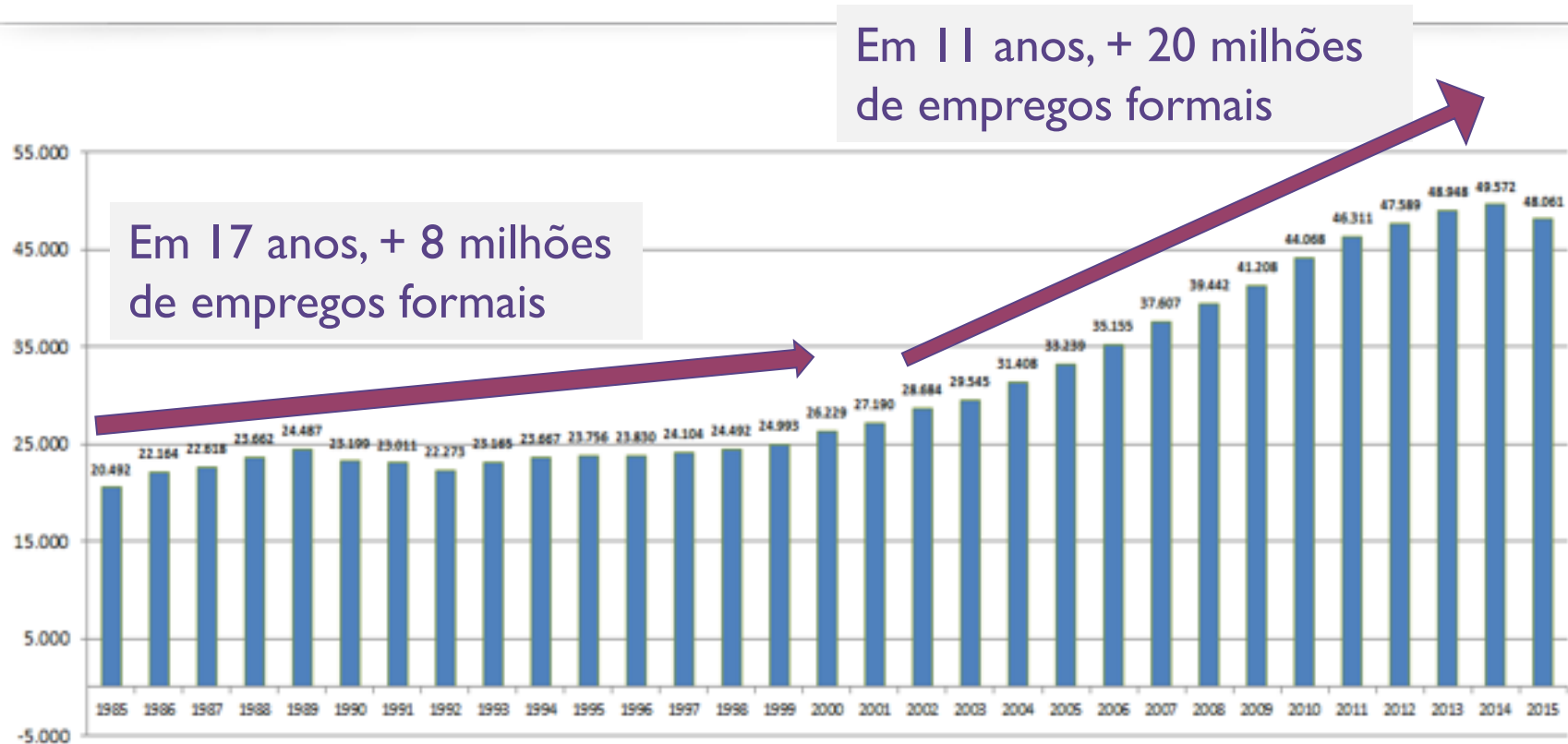
OS EFEITOS DESSE CONJUNTO DE POLÍTICAS PODE SER AVALIADO EM VÁRIAS DIMENSÕES, COMO SOBRE O ACESSO DE 1 MILHÃO DE NEGROS AO ENSINO SUPERIOR

**Gráfico 21 - Distribuição da população de 18 a 24 anos de idade segundo frequência escolar no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por cor/raça**



OS EFEITOS DESSE CONJUNTO DE POLÍTICAS E DECISÕES ECONÔMICAS PRO-MERCADO NACIONAL PODE SER AVALIADO EM VÁRIAS DIMENSÕES, COMO SOBRE A CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS NO PERÍODO

## Evolução do Número de Empregos Formais – 1985 a 2015



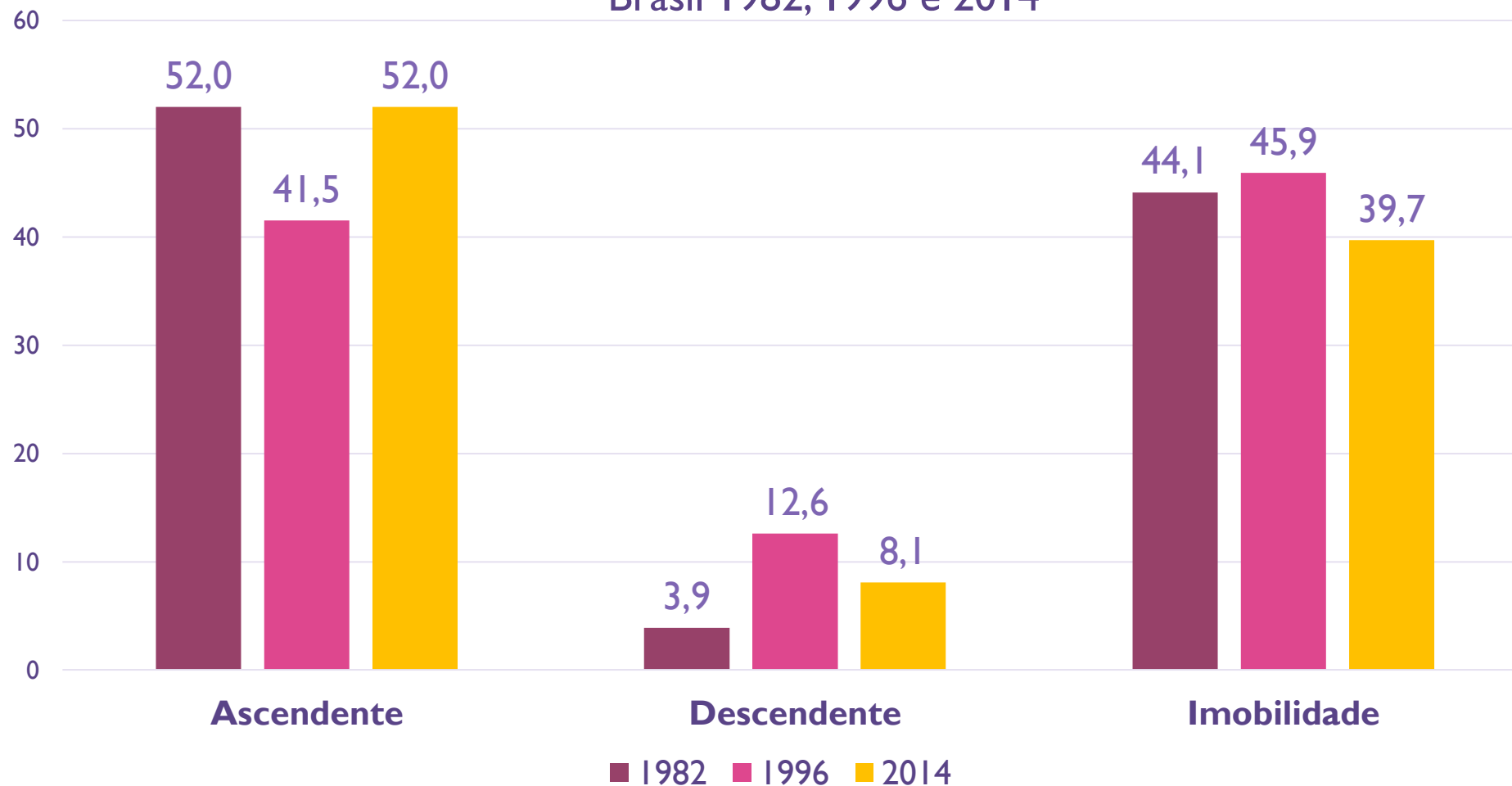
Fonte: RAIS - DEC n 76.900/75 MTB

\* estoque na base mil.

OS EFEITOS DESSE CONJUNTO DE POLÍTICAS PODE SER AVALIADO EM VÁRIAS DIMENSÕES, COMO A RETOMADA DOS NÍVEIS DE MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE

### Mobilidade social intrageracional (entre 1ª e última ocupação)

Brasil 1982, 1996 e 2014

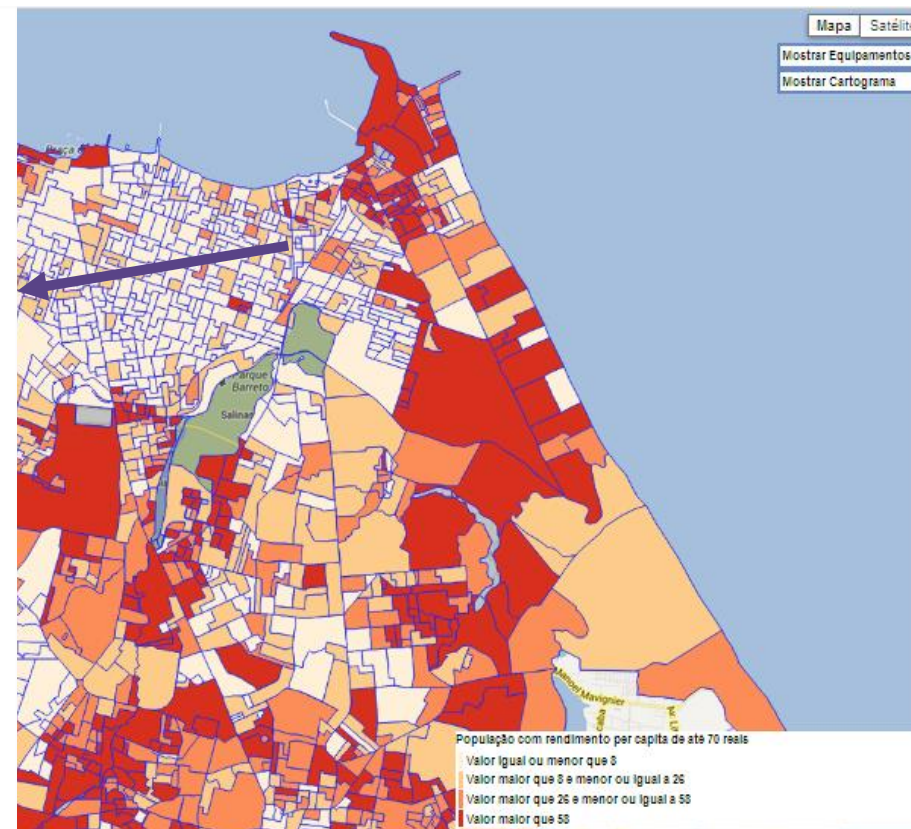


## Teríamos logrado esses avanços sem Informação e Conhecimento disponível para desenho e gestão de Políticas Públicas ?

- Os Censos Demográficos foram fundamentais para identificação dos bolsões de pobreza e outras iniquidades sociais
- As edições anuais da PNAD do IBGE foram importantes para legitimação da agenda de combate à pobreza e monitoramento dos efeitos das políticas sociais
- Os levantamentos do INEP tem permitido identificar avanços e dificuldades da agenda educacional no país
- O Cadastro Único tem permitido identificado públicos-alvo para várias políticas sociais
- As Estatísticas de saúde tem sido fundamentais no acompanhamento da Pandemia .

# Teria sido possível avançar na localização dos bolsões de pobreza sem o Censo Demográfico e a identificação da população vulnerável sem a estruturação do Cadastro Único ?

Setor 2927400805230103	
Situação do Domicílio	Urbana: Área urbanizada de cidade ou vila
Domicílios particulares permanentes	282
População residente em domicílios particulares permanentes	884
População com rendimento per capita de até 70 reais	134
Domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos)	0
Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água	162
Domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário	12
Domicílios particulares permanentes sem energia elétrica	2
Pessoas Responsáveis analfabetas	68
Crianças de 0 a 6 anos	104
Pessoas com 65 anos de idade ou mais	40
Aglomerados Subnormais	null



Fonte: Censo Demográfico 2010

**SAGI**

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

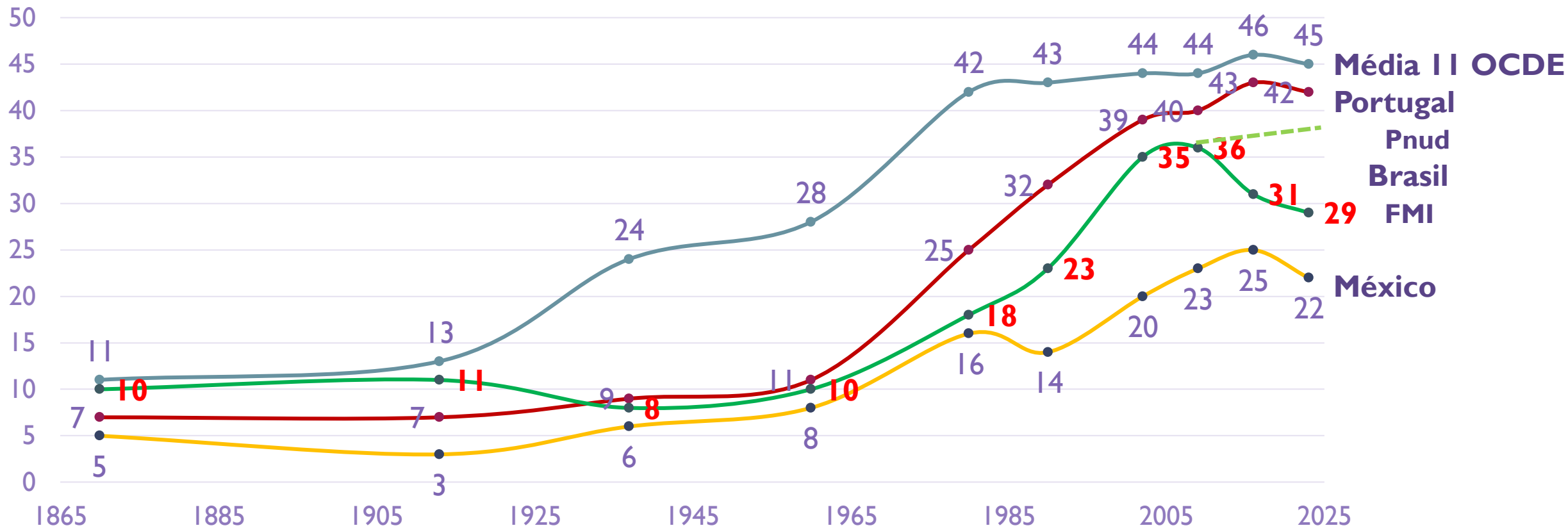
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

# Em que pese os avanços, são conhecidos os nós críticos de implementação de políticas e programas



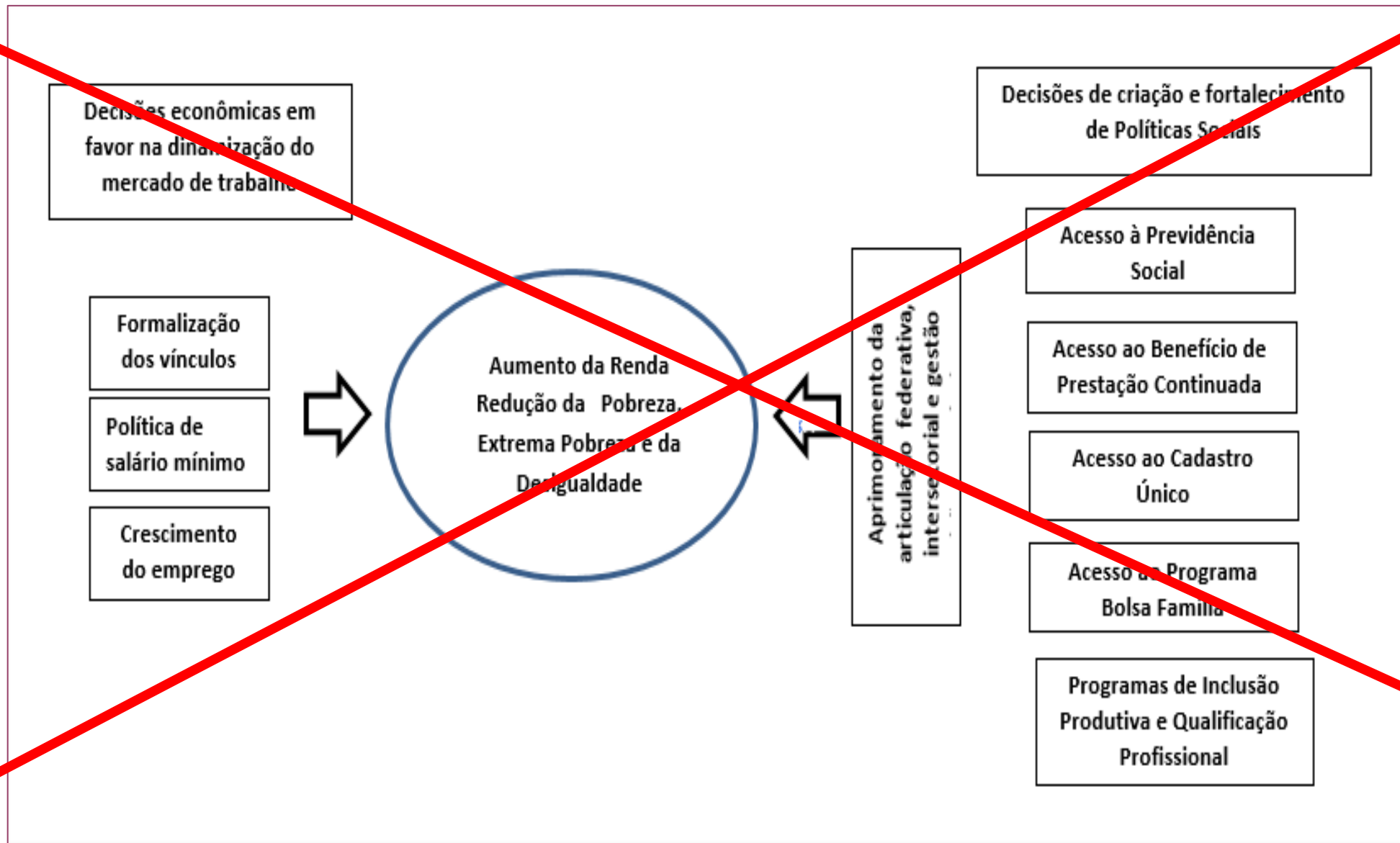
# SEGUNDO PROJEÇÕES DE CENÁRIOS FISCAIS DO FMI HAVERÁ REDUÇÃO DA CARGA FISCAL NO BRASIL, PELOS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95 E BAIXAS TAXAS DE CRESCIMENTO

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE, Portugal, Brasil e México



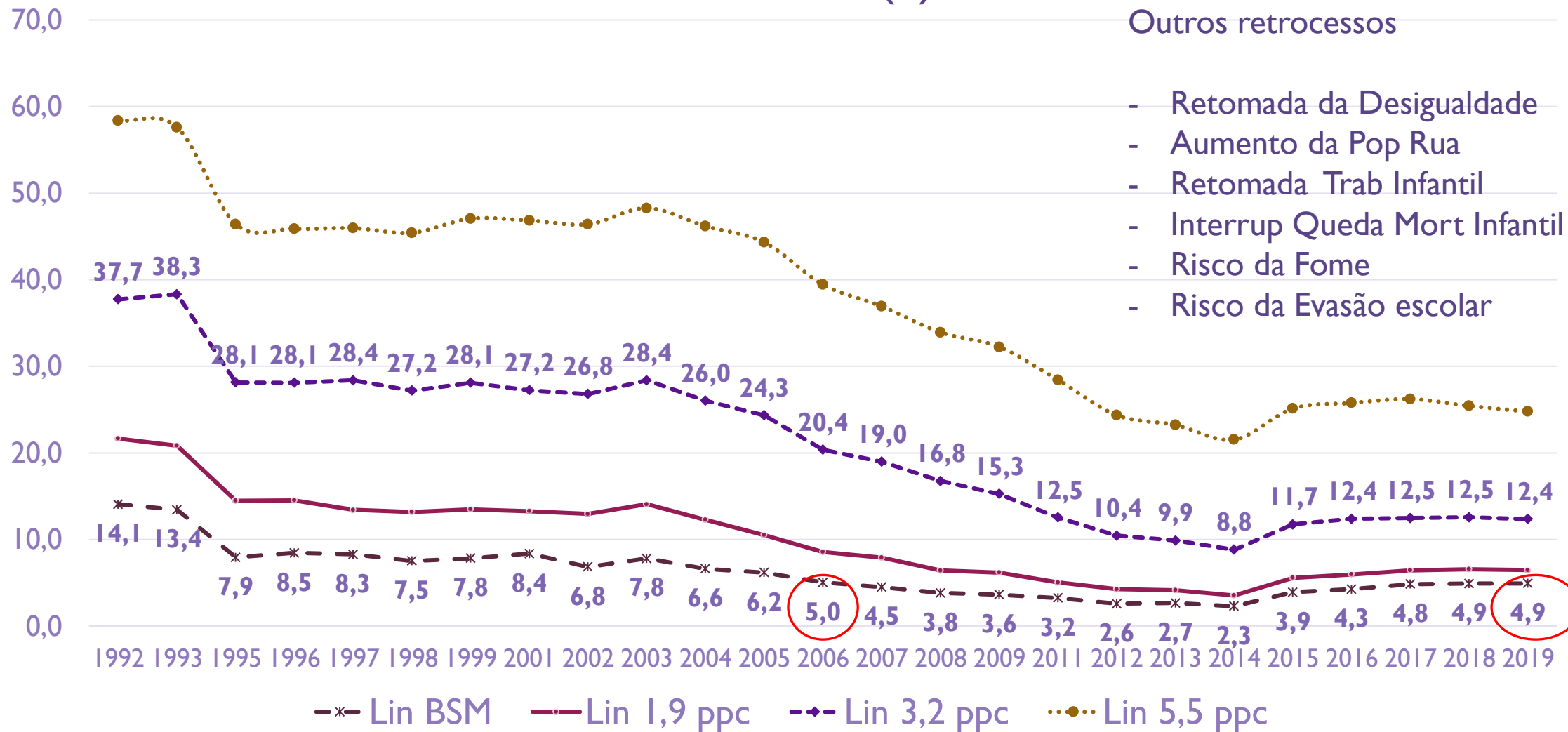
Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>  
 2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~/media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

# DESMONTE DOS MECANISMOS QUE IMPULSIONARAM A MUDANÇA SOCIAL

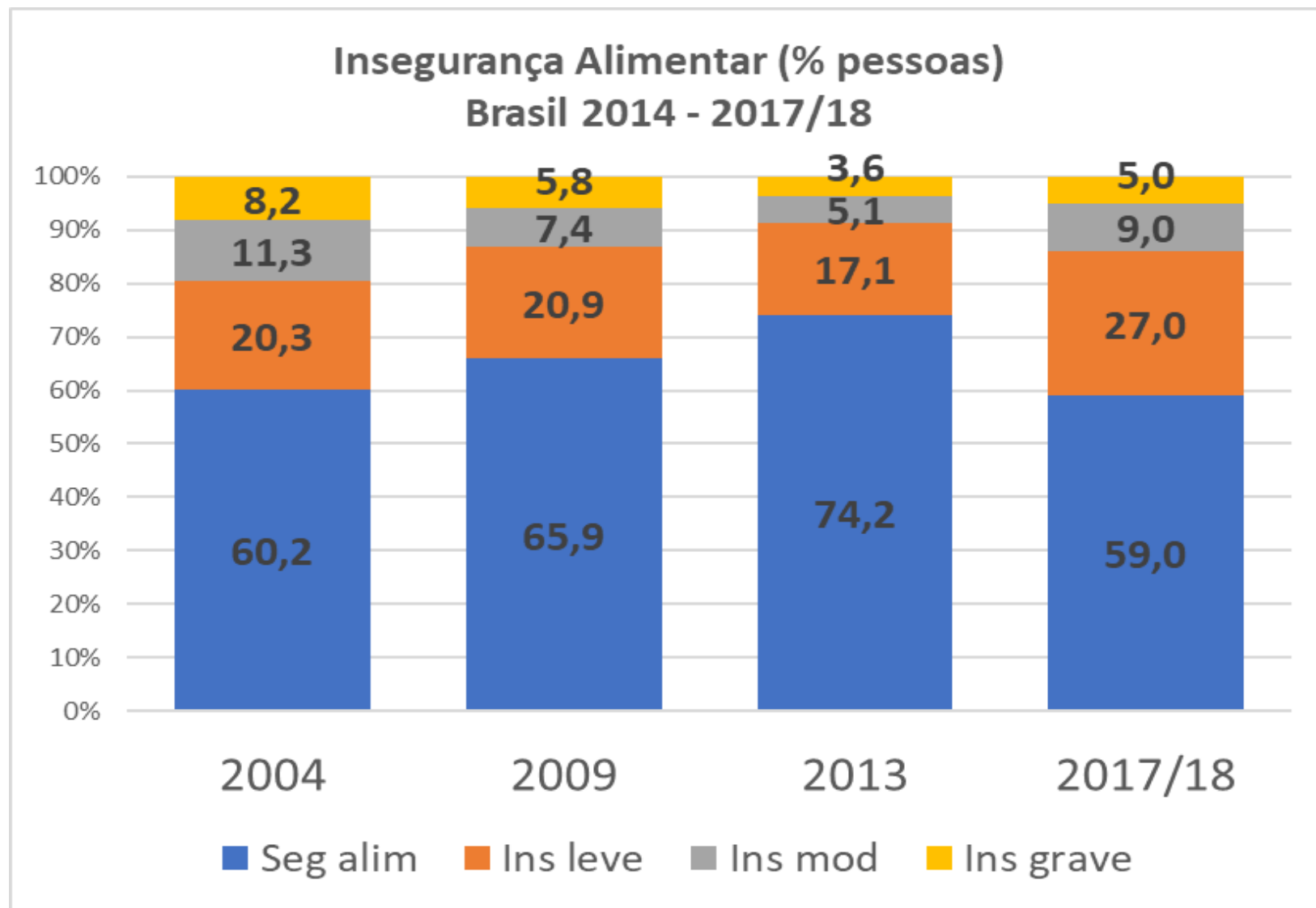


# AS CONSEQUENCIAS JÁ VEM SE RELEVANDO: EM CINCO ANOS, O BRASIL VOLTOU MAIS DE 10 ANOS NA EXTREMA POBREZA.....

## Pobreza e Extrema Pobreza (várias linhas) Brasil 1992 a 2019 (%)



# A INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE CHEGOU A 5% EM 2017/18



# SUMÁRIO

1. Economia Política das Estatísticas Públicas
2. Estruturação do Sistema de Políticas Públicas no Brasil: 80 anos em 20
3. Terraplanismo, Midiotização e as disputas de narrativas sobre Políticas Públicas

# MIDIOTIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

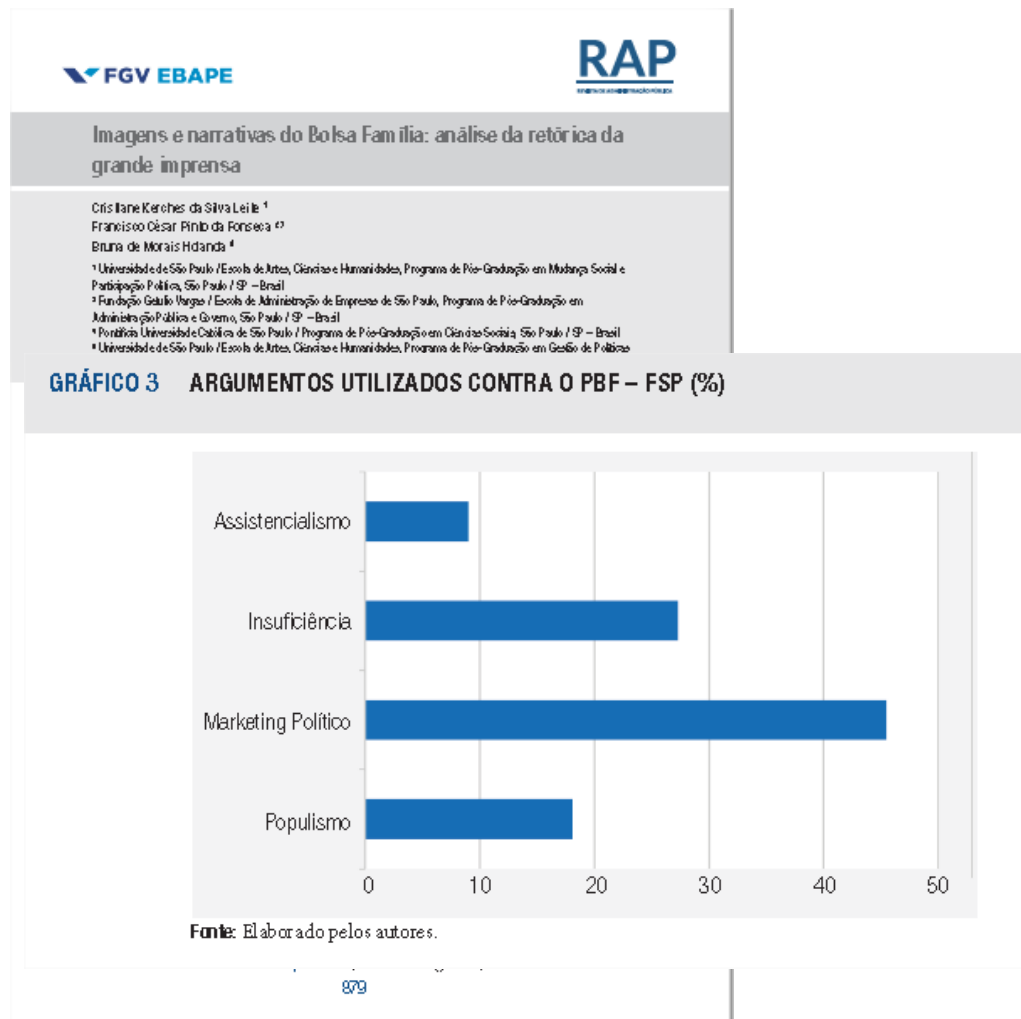
Midiotização das Políticas Públicas: cobertura pouco profissional e cuidadosa das Políticas Públicas, de sua relevância, dificuldades de implementação e efeitos pelos veículos de comunicação e mídias sociais, influenciando sua legitimidade social e sustentação política

Produção de Factóides e Fake-News em detrimento de fatos, noticiados segundo uma perspectiva plural e sempre mais difíceis de explicar....

Alguns fatores potencializadores:

- Oligopolização das Empresas de Comunicação (?)
- Monopolização da opinião veiculado em várias mídias (4 ou 5 articulistas se revezando na TV, radio, jornal e internet registrando posições pouco diferente e pouco plurais)
- Falta de regulação sobre responsabilização de conteúdos ofensivos e claramente falsos

# MIDIOTIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



## ESTATÍSTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS POR EVIDÊNCIAS NO BRASIL: O CASO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS ANOS 2000\*

Paulo de Martino Januzzi

caso / caso de Cascaes / Cascaes

### Resumo

A base central deste texto é mostrar como a produção regular e a ampla disponibilidade de Estatísticas Públicas, em particular, dos Indicadores Sociais construídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cumpriram papéis importantes na agenda de combate à fome e na Política de Desenvolvimento Social no país, ao apoiar humanos para debates de sua relevância, desenho, monitoramento e avaliação dos seus programas. Iniciado com uma revisão sobre o surgimento dos Indicadores Sociais em meados da estruturação do Estado do Bem-Estar ao longo do século XX. Em seguida, apresenta-se como a PNAD foi se transformando em uma pesquisa com escopo aberto cada vez mais amplo e aderente às preocupações do Estado e Sociedade brasileiros, e como as informações geradas na pesquisa foram sendo empregadas na Política de Desenvolvimento Social e seus programas no país. A partir de conclusão, advoga-se pela necessidade de uso mais bem informado e plural das estatísticas pela mídia brasileira, pelo risco de crescente deslegitimação de políticas e programas construídos da minha civilização herança Constituição Federal de 1988.

**Palavras-chave:** Estatísticas Públicas, Políticas Sociais, Indicadores, Avaliação de Políticas.

### Abstract

The main point of this text is to show how the regular production and the wide availability of Public Statistics, in particular, of the Social Indicators constructed from the National Household Sample Survey (PNAD), have played important roles in the anti-hunger agenda and in the Social Development Policy in the country, by providing information to defend its relevance, design, monitoring and evaluation of its programs. It begins with a review on the emergence of the Social Indicators besides Welfare State building in 20th century. Then, it is presented how the PNAD was transformed into a broader thematic scope survey, connected to the concerns of the Brazilian State and Society, and how the information generated has been used to Social Development Policy and its programs in the country. As a conclusion, we advocate the need for a more informed and plural use of statistics by the Brazilian media, for the risks of increasing delegitimation of policies and programs that constitute the civilizational track inherited in the Federal Constitution of 1988.

**Keywords:** Public Statistics, Social Policies, Indicators, Policy Evaluation.

### Apresentação

Em um país com tantas desconhecidas político-administrativas, desvalorização de suas instituições públicas e deslegitimação do Estado, não podem deixar de ser como os "meus republicanos" como os oitenta anos do IBGE (em 2016), os cinquenta anos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (em 2017), os quarenta anos da publicação Indicadores Sociais (em 2019) e os cento e cinquenta anos de Censos Demográficos (em 2022). O IBGE, suas pesquisas e publicações tem trazido contribuições fundamentais ao acompanhamento das mudanças econômicas, sociais e demográficas e ao processo de formulação, monitoramento

\*Texto relacionado e pertencente ao artigo apresentado na seção de Análise de Políticas Públicas do 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, 2 a 5 de outubro de 2018.

# DESLEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO DEBATE MIDIOTIZADO

## Pronatec é irrelevante para o mercado

O GLOBO, 25/07/2015, p. 26

Ministério da Fazenda mostra que cursos não interferem na reinserção de desempregados

RENATA MARIZ  
renata.mariz@sb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. Estudo do Ministério da Fazenda apresentado ontem, em coletiva de imprensa, mostra que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é irrelevante para a reinserção de desempregados no mercado de trabalho formal e também para aumentar o salário. A pesquisa analisou a trajetória de 160 mil pessoas que perderam o emprego a partir de 2011 para verificar se elas tinham conseguido se recolocar até dezembro de 2013.

A comparação é feita entre o grupo que concluiu cursos do Pronatec na modalidade Formação Inicial e Contínua (FIC) — que representa 72% das 8,1 milhões de matrículas do programa no país — e o que chegou a fazer a matrícula no curso, mas que, por algum motivo, não o iniciou. Ao analisar o percurso dos dois grupos, a pesquisa não indicou “diferenças significativas”, segundo Fernando de Holanda Barbosa Filho, secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica da Fazenda.

Os resultados não mostram diferença estatística na probabilidade de reinserção no mercado de trabalho entre o grupo que fez o Bolsa Formação FIC e o grupo de controle — diz o secretário. — Em relação ao ganho salarial, (o Pronatec) mostra-se também indiferente, com exceção de alguns estados, como Amapá e Rondônia.

### PESQUISA DE APERFEIÇOAMENTO

O estudo completo só será disponibilizado na semana que vem, segundo Barbosa Filho. Ele explicou que, para evitar distorções, o grupo de controle é o das pessoas que chegaram a se inscrever no Pronatec mas não cursaram a formação por serem indivíduos com características mais próximas dos que efetivamente fizeram o curso, no que diz respeito à iniciativa e vontade de se qualificar para buscar emprego.

Até aquele momento (da inscrição no Pronatec), as pessoas tinham tomado as mesmas decisões. E não controlamos, adicionalmente, as variáveis sociodemográficas, como escolaridade, gênero, faixa etária, experiência no mercado de trabalho — esclareceu Barbosa Filho, que acredita que a pesquisa serve apenas para o aperfeiçoamento do programa, uma das vitórias da presidente Dilma Rousseff.



Ensino técnico. Pasta de Desenvolvimento apresentou estudo confirmando emprego e renda

Secretário Interno de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Educação, Carlos Artur Arêas limitou-se a apresentar dados gerais do Pronatec, enfatizando que todos os estudos são bem-vindos para aprimoramento da iniciativa. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entretanto, foi à coletiva de imprensa para reafirmar uma pesquisa, já divulgada pela pasta há cerca de três meses, mostrando, entre outras análises, os efeitos positivos do Pronatec na inserção do mercado de trabalho ou na formalização de pequenos negócios.

Com metodologia distinta da utilizada no estudo da Fazenda, o levantamento do MDS comparou 1,3 milhão de pessoas que fizeram o Pronatec, entre 2011 e 2014, e 1,3 milhão que não fizeram. Ambos os grupos são de inscritos no Cadastro Único do governo, com características sociodemográficas semelhantes, ex-

plicou Paulo Januzzi, secretário de Avaliação e Gestão da Informação do MDS. Segundo os resultados, no grupo que cursou o Pronatec, a proporção de pessoas empregadas ou que formalizaram pequenos negócios passou de 14,2% no início da formação para 25,9%, aumento de 11,7%.

Entre os que não participaram do programa, o aumento foi de 22% para 26,9% no período analisado, acréscimo de 4,9%. Apesar de cuidadoso para não se contrapor abertamente ao estudo da Fazenda, Januzzi ressaltou as diferenças entre os dois trabalhos:

— Observamos o efeito do Pronatec no conjunto de 2,6 milhões de pessoas que foram analisadas com parâmetros iguais. Para cada indivíduo que fez o Pronatec, havia um absolutamente igual no grupo de controle. Ao final, vemos que as taxas avançaram nos dois, mais no grupo que fez o Pronatec. ■

## Filosofia e sociologia obrigatórias derrubam notas em matemática

Segundo pesquisa, exigência no ensino médio prejudica desempenho de alunos



Alunos do ensino médio fazem atividade em escola de Jaboatão dos Guararapes, em PE - Leo Caldas - 31.ago.2015/Folhapress

16.abr.2018 às 2h00

## Bolsa Família não reduz pobreza, diz ministro

Para Osmar Terra, do Desenvolvimento Social, pobreza continua 'íntacta'; ele disse, no entanto, no benefício

Carla Araújo, O Estado de S.Paulo  
16 Março 2018 | 23h40

O ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, afirmou ontem que o **Bolsa Família**

## 'As pessoas podem estar desempregadas, mas têm o que comer', diz ministro da Cidadania

Declaração de Osmar Terra acontece semanas após Bolsonaro dizer que discurso sobre fome no Brasil é 'uma grande mentira'

André Ítalo Rocha, O Estado de S.Paulo

DESTAQUES EM POLÍTICA

"O discurso de redução da pobreza, que é insistente no discurso da esquerda, não tem comprovação fática, nem o discurso de que a fome voltou no governo Bolsonaro. As pessoas podem estar desempregadas, em situação difícil, mas têm o que comer", afirmou o ministro, em evento do Grupo Voto, em São Paulo.

## Em meio à crise com Inpe, Bolsonaro quer embargar dados de desmatamento

Presidente classificou informações do Inpe que apontam desmatamento no mês de julho como "exageradas"

O presidente [Jair Bolsonaro](#) (PSL) voltou a questionar hoje, em São Paulo, a precisão de dados sobre o desmatamento da Amazônia, assim como a divulgação dos mesmos. As críticas fizeram parte de um discurso repleto de ironias por parte de Bolsonaro, mirando não só a questão do meio ambiente, mas também a imprensa e líderes estrangeiros.

desmatamento na Amazônia avançou 88% em junho na comparação com o mesmo mês em 2018.

## Terraplanismo na Gestão Pública ?



POLÍTICA | BRASIL | MUNDO | MÍDIA | COMPORTAMENTO | CULTURA | ECONOMIA | ESPORTE | ENTRETÊ |  
ESPECIAIS DCM | DCMTV

# O ESSENCIAL

Olavo diz que IBGE é um órgão de propaganda petista

 Curtir 394  Compartilhar  Tweetar  Share

Publicado em 3 março, 2020 11:31 pm

Em publicação no Facebook, Olavo de Carvalho disse:

“O IBGE é um órgão de propaganda petista. Os números não mentem. Quem mente é o IBGE.”

# DESLEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA NEGAÇÃO DE EVIDÊNCIAS

- Cortes em recursos em C&T, Universidades Federais, Sistema Planejamento, IBGE
- Fechamento ou enfraquecimento dos órgãos subnacionais de estatísticas e pesquisas (como FEE/RS)
- Corte de 1/3 da verba orçamentária para realização do Censo Agropecuário 2016, levando a retirada de novos quesitos propostos (impactos dos defensivos/agrotóxicos, agricultura familiar)
- Riscos de empobrecimento temático na realização do Censo Demográfico 2020, com corte de quesitos fundamentais para formulação de Políticas Públicas, Plano Diretor de Desenvolvimento, Estudos de Mercado, Agenda 2030 em âmbito municipal e infra-municipal
- Falta de perspectiva de concursos públicos para recomposição de quadro de servidores

**FINALIZANDO....**  
NA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SOCIOTERRITORIAIS,  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VAMOS NOS  
LEMBRAR.....

JUÍZOS E VALORES MORAIS COMO PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO ESTÃO  
INSCRITOS NAS CONSTITUIÇÕES E LEIS DOS DIVERSOS PAÍSES

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – BRASIL

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

# Riscos de retrocessos pelas PECs 186 e 188

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

A PEC 188/2019 adiciona um parágrafo único ao artigo 6º da Constituição:

“Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”.

## Riscos de retrocessos pelas PECs 186 e 188

- A tônica das PECs [186](#) e [188/2019](#) é a responsabilidade fiscal e o controle dos gastos públicos.
- Os textos estabelecem que União, estados e municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis.
- As PECs também extinguem o plano plurianual e acabam com a exigência de o orçamento da União (e de entidades e empresas controladas por ela) reduzir desigualdades regionais, prevista atualmente no artigo 165, parágrafo 7º, da Constituição.
- A obrigação de o poder público investir prioritariamente na expansão da rede de ensino em locais onde houver falta de vagas e escolas é igualmente suprimida pelas PEC 188/2019.

**FINALIZANDO....  
NA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SOCIOTERRITORIAIS,  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VAMOS  
NOS LEMBRAR.....**

- Políticas Públicas são construções institucionais para promoção da justiça e bem-estar em sentido mais amplo
- Princípio republicano, humanista ou civilizatório: Todos temos uma responsabilidade moral com a coletividade e com os demais, independente das pré-condições de nascimento, suas características e potenciais.

# Material de referência



<http://flacso.org.br/?publication=faces-da-desigualdade-no-brasil-um-olhar-sobre-os-que-ficam-para-tras>

<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/issue/view/1311>

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-estado-social-contra-a-barbarie/>

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20528>

# Material de referência



38 REVISTA AVAL

## ✓ Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas<sup>1</sup>

Paulo de Martino Januzzi<sup>2</sup>

**Resumo:** A Avaliação de políticas e programas desenvolveu-se historicamente como campo tecnocientífico vinculado ao ritmo e demandas de informação qualificada para Políticas Públicas. Na América Latina tal desenvolvimento é bem mais recente que no contexto de países centrais, tendo ocorrido nos últimos 30 a 40 anos. Mais recentemente, nos últimos 15 anos, visões mais multidisciplinares (na interpretação das problemáticas sociais), ecléticas (em metodologias de investigação) e plurais (em valores e critérios avaliativos) têm sido propostas na condução de Avaliações de Políticas, programas e projetos na região. Este texto procura contribuir para fortalecimento desse campo tecnopolítico contra-hegemônico de Avaliação, ao sistematizar conceitos e técnicas a partir da experiência prática de conduzir avaliações orientadas a subsidiar diretamente à gestão de políticas e programas públicos no Brasil. Em diferentes seções, são apresentados conceitos, tipologias de Avaliação e as várias etapas para especificação de um estudo avaliativo.

**Palavras-chave:** Avaliação de Programas; Técnicas de avaliação; Etapas de pesquisa

## ✓ A implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas<sup>1</sup>

Paulo de Martino Januzzi<sup>2</sup>

**Resumo:** Com a ampliação de escopo e escala das Políticas Públicas desde a Constituição Federal de 1988, o campo de avaliação vem se consolidando em diferentes contextos institucionais no país. Em que pesem os avanços na produção de conhecimento na área, há certo desencanto acerca do papel e uso da avaliação. Este texto procura trazer subsídios para mitigar a frustração de gestores e avaliadores com a avaliação de programas e/ou sua apropriação no processo decisório, especialmente no contexto desafiador de estruturação de políticas públicas no Brasil. O texto inicia-se com uma discussão sobre a completude e estágio de maturidade das Políticas Públicas no Brasil. Passa-se então à exposição da necessidade de uma perspectiva sistêmica de avaliação e, em seguida, de colocar a implementação no centro das preocupações com a Avaliação. Finaliza-se advogando-se pelo uso de critérios abrangentes e republicanos na apreciação de mérito das políticas e programas no país.

**Palavras-chave:** Avaliação; abordagem sistêmica; Políticas Públicas; implementação

## Programa Água Para Todos

### Análise da Efetividade do Água Para Todos

Avaliação de Mérito do Programa Quanto à Eficácia, à Eficiência e à Sustentabilidade

PONTO DE VISTA

## Relevância e sustentabilidade: dimensões esquecidas na avaliação de programas sociais

Paulo de Martino Januzzi<sup>1</sup> | 29 de Agosto de 2020 | 98 (164) | 18-23

**Avaliação de políticas públicas têm crescido no Brasil, mas consideram pouco a pertinência ou capacidade dos projetos de fazer mudanças duradouras. Levando esses critérios em conta pode garantir continuidade de iniciativas em contexto de restrição fiscal.**

A avaliação de políticas e programas sociais tem se fortalecido no Brasil nas últimas décadas, como consequência da ampliação do escopo e da escala das políticas públicas. Como mostrou a experiência histórica dos países europeus, há mais de 70 anos, a institucionalização do Estado de bem-estar foi um determinante-chave dos avanços teóricos e metodológicos no campo da avaliação de políticas e programas públicos. No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 é um marco nesse sentido, ao instituir um conjunto abrangente de direitos sociais e princípios basilares de atuação do Estado no combate à pobreza, na mitigação da desigualdade e na garantia de serviços de educação, saúde e assistência social à população.

Assim, ao longo dos últimos 30 anos, passou a ser cada vez mais frequente a utilização de diferentes instrumentos e tipos de avaliações, como diagnósticos sobre público-alvo de programas, painéis de indicadores de monitoramento, avaliações de implementação e análises de resultados e impactos de iniciativas do governo federal, de alguns estados e de municípios de maior porte. Esse avanço institucional da avaliação foi acompanhado de um importante alargamento das perspectivas analíticas e metodológicas do campo, de modo a atender de forma mais apropriada a diversidade e complexidade das intervenções públicas.<sup>1</sup>

A discussão sobre critérios e valores avaliativos, contudo, está pouco presente nas comunidades epistêmicas e de práticas do campo. É revelador, nesse sentido, que o conjunto de critérios proposto pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para avaliação de projetos de desenvolvimento seja pouco referido e usado de forma completa no Brasil, embora seja empregado, por exemplo, entre as agências multilaterais das Nações Unidas há três décadas. Essa proposta foi formulada por um comitê de especialistas em 1991, reunidos sob os auspícios da OCDE, para se constituir em um marco referencial conciso, universal e adaptável nos estudos avaliativos então em forte ascensão pelo mundo. Seguindo a proposta, a avaliação de projetos sociais, programas e políticas públicas deveria considerar pelo menos

<http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649>

<http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/42837>

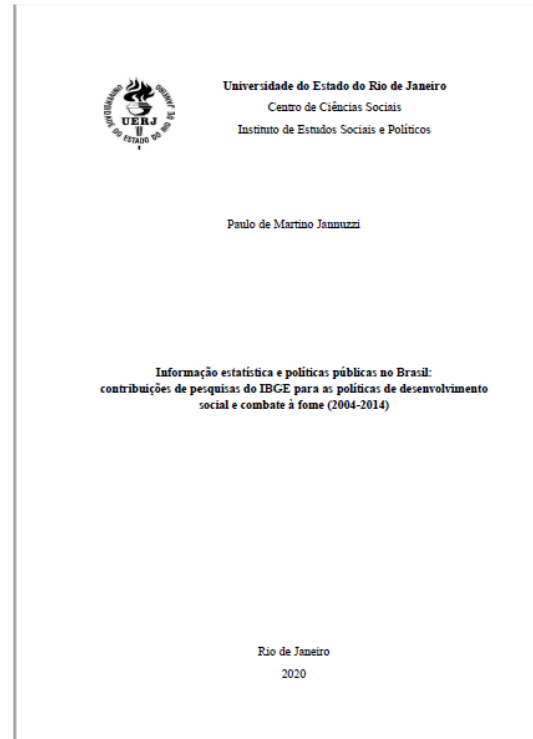
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29075>

<https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2020/Relev%C3%A2ncia-e-sustentabilidade-dimens%C3%B5es-esquecidas-na-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-programas-sociais>

# Material de referência



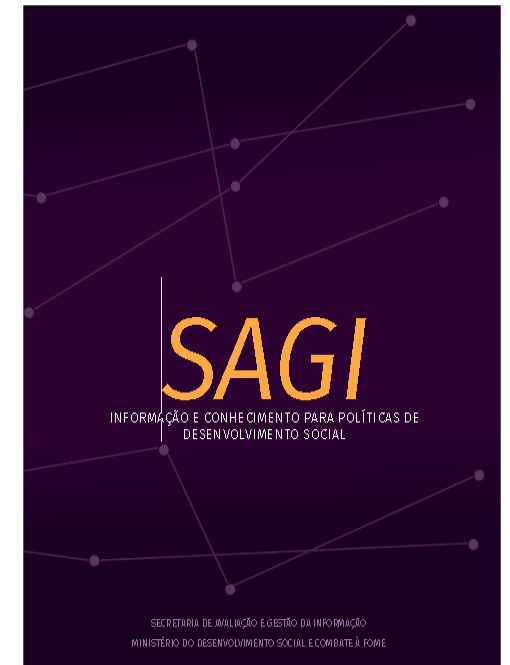
<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2096>



<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/livp144486.pdf>



<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145410/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Indicadores%20Socioeconomicos%20na%20Gestao%20Publica.pdf>



<https://drive.google.com/drive/folders/OB0rv-8MCU4JdaWM1ZnFMakg5d00?usp=sharing>

Obrigado !!  
paulo.jannuzzi@hotmail.com

## Material de referência

### Três artigos

1. Indicadores de Avaliação  
Sistêmica ....

**Estudos em Avaliação Educacional  
FCC**

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4168>

2. Eficiência Econômica, Eficácia  
Procedural e Efetividade Social...

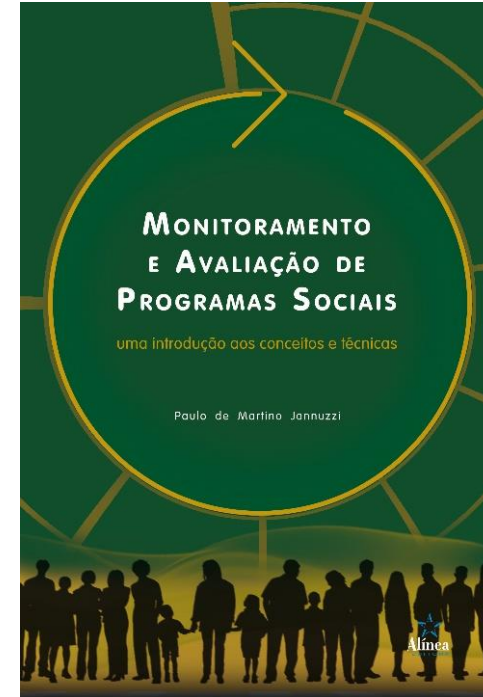
**Desenvolvimento em Debate  
IE/UFRJ**

[http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Paulo-Jannuzzi.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Paulo-Jannuzzi.pdf)

3. Mitos do desenho quasi-  
experimental

**NAU Social UFBA**

<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/698>



Editora Alínea

<http://www.grupoatomoealinea.com.br/indicadores-sociais-no-brasil-conceitos-fontes-de-dados-e-aplicacoes.html>